



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Relatório INSP-2024-0085**

**BI-2024-0096**

**1 – Dados gerais**

**1.1 - Inspeção**

**Data:** 03/06/2024

**Hora:** 16h15

**Tipo:** Ação Direta

**Motivo da inspeção:** Rotina

**Inspetor responsável:** Paulo M. Pires

**Outros inspetores da IRA:** João PRFB. Silva

**Descrição da inspeção:**

A inspeção foi realizada ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 30.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho de 2021, que define a orgânica da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

A inspeção teve como objetivo verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares de incidência ambiental aplicáveis, elencadas no presente relatório.

No local foi contactada a rececionista do estabelecimento, a qual prestou os esclarecimentos solicitados e acompanhou a visita às instalações.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

**1.2 – Empresa/entidade inspecionada**

**Firma/nome:** Lubritopo - Combustíveis e Comercio Agrícola do Topo, Lda

**NIPC/NIF:** 509252168

**Sede/morada:** Caminho Chão

**Código Postal:** 9875-053

**Freguesia:** Santo Antão

**Concelho:** Calheta (São Jorge)

**Ilha:** Ilha de São Jorge

**1.3 – Estabelecimento/local inspecionado**

**Nome:** Lubritopo

**Endereço:** Caminho Chão

**Código Postal:** 9875-053

**Freguesia:** Santo Antão

**Concelho:** Calheta (São Jorge)

**Ilha:** Ilha de São Jorge

**Atividade principal:** 47300 - Comércio a retalho de combustível para veículos a motor, em estabelecimentos especializados



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Outras atividades:** 45200 – Manutenção e reparação de veículos automóveis

**Período de funcionamento:** Das 9h00 às 18h00

**Licenciamento da atividade:** Alvará n.º 09/2016 da Câmara Municipal da Calheta

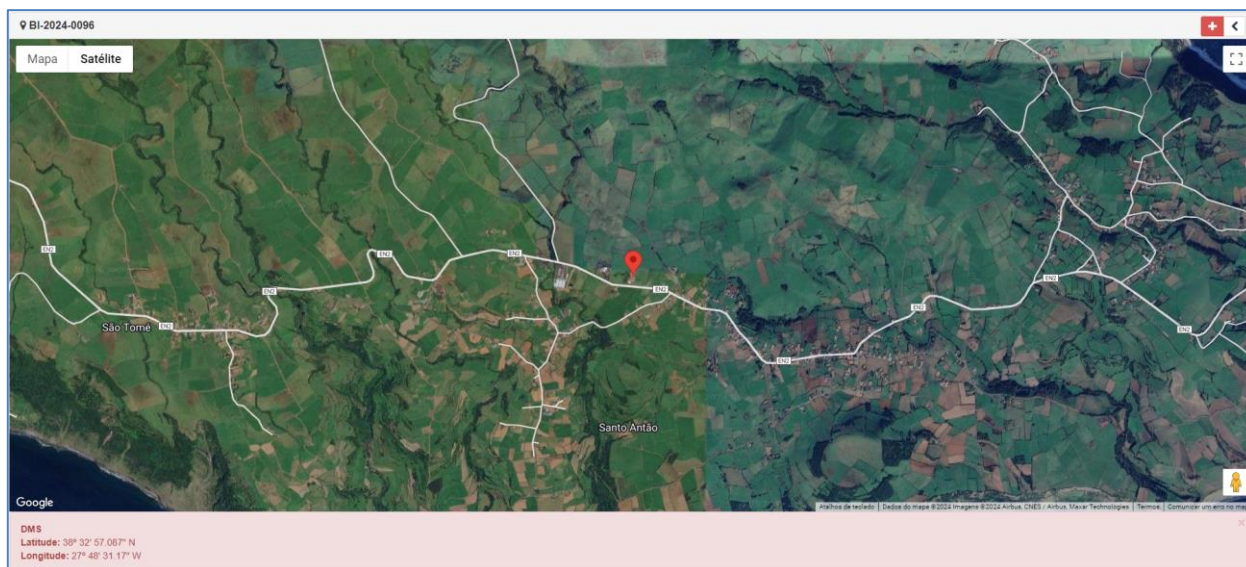


Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

## 2 – Descrição do estabelecimento / atividade

No estabelecimento da Lubritopo são exercidas atividades de posto de abastecimento de combustíveis, bar, loja de produtos e equipamentos agrícolas, loja de produtos fitofarmacêuticos e oficina de reparação de veículos. A inspeção incidiu apenas na atividade de reparação automóvel.



Figura 2.1: Instalações da Lubritopo (adaptado de Google Earth).



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

### 3 – Água de consumo

#### 3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☒ Rede pública      ☐ Captação própria em DPH      ☐ Captação própria em RH particulares

#### 3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	art. 60.º Lei 58/2005	Não aplicável	
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização.	n.º 1, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Outras condições impostas pela licença ou autorização	TURH	Não aplicável	

### 4 – Águas residuais

#### 4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/> Urbanas	Instalações sanitárias	Fossa séptica	Solo
<input type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A			Não aplicável
<input type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais			Não aplicável

#### Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

- ☒ Não produz lamas de depuração  
☐ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

- ☐ Operador de gestão de resíduos;
- ☐ Valorização agrícola;
- ☐ Outro;

#### 4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	art. 14.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Não aplicável	
g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art. 43.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art. 48.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art. 53.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	

## 5 – Resíduos

#### 5.1 – Resíduos produzidos no estabelecimento

No quadro seguinte indicam-se os tipos de resíduos produzidos no estabelecimento bem como o encaminhamento adotado na respetiva gestão.

Tipologia de resíduos produzidos	Origem (operação/atividade)	Encaminhamento	Obs.
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos	Oficina de reparação	Operador de gestão de resíduos	
<input checked="" type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos	Oficina de reparação	Operador de gestão de resíduos	
<input type="checkbox"/> Resíduos hospitalares		Escolha um item.	
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos urbanos	Oficina de reparação	Entidade de recolha de resíduos	

#### 5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

Relativamente à produção e gestão de resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras.	n.º 5, art. 11.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Pode melhorar a separação de embalagens de vidro, de cartão e de plástico.
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor ou detentor.	Art. 12.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	Foi verificado em encaminhamento de desperdícios sujos com óleo (LER 150202* - absorventes contaminados) misturados com os resíduos urbanos indiferenciados. Foi verificado o encaminhamento de metais ferrosos (LER 160117) para a empresa Adelino Pedro, Lda (estabelecimento da Horta), 0,7 t em 2022 e 1,1 t em 2023, a qual não se encontrava licenciada para receber esta tipologia de resíduos.
c) Licenciamento ou concessão para realizar operações de gestão de resíduos.	n.º 3, art. 15.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
d) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos, quer no local de produção, quer em instalações de operação e gestão.	Art. 33.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	Possuía contentores e locais identificados para a armazenagem de diferentes tipologias de resíduos, mas alguns resíduos encontravam-se noutros locais (p. ex. pneus e acumuladores).
e) Cumprimento das normas das instalações de operações de gestão de resíduos.	Art. 36.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
f) Elaboração, aprovação e disponibilização do plano interno de prevenção e gestão de resíduos.	Art. 38.º e 39.º DLR 29/2011/A	Não cumprido	Não se encontrava disponível nas instalações o plano interno de prevenção e gestão de resíduos.
g) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos.	Art. 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	Mistura de resíduos perigosos (LER 150202 – absorventes contaminados) com resíduos não perigosos (resíduos urbanos LER 200301).
h) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares.	Art. 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
i) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição.	Art. 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
j) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art. 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Verificada a emissão de eGAR.
k) Inscrição do estabelecimento no SRIR.	Art. 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
l) Preenchimento dos mapas de registo no SRIR.	Art. 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	Mapa de 2019 submetido em 06/02/2020; Mapa de 2020 submetido em 20/04/2021; Mapa de 2023 submetido em 03/06/2024 (fora do prazo); Não submeteu os mapas de 2021 e 2022.
m) Adesão a um sistema de gestão integrado ou autorizado um sistema de gestão individual, relativamente a embalagens e resíduos de embalagem.	Art. 182.º e 183.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
n) Disponibilizada informação ao público nos locais de venda, sobre os métodos adotados para recolha dos resíduos de pneus, óleos minerais, veículos, EEE, pilhas e acumuladores e óleos alimentares.	Art. 19.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
o) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados.	Art. 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
p) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados.	Art. 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
q) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida.	Art. 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
r) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de REEE.	DL 152-D/2017	Não aplicável	
s) Cumprimento das normas de gestão e encaminhamento de óleos alimentares usados.	Art. 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	




Figura 5.1: Mistura de resíduos perigosos com resíduos urbanos.





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**



CÓDIGO DOCUMENTO

AZ20221122630171

CÓDIGO VERIFICAÇÃO

b109ae89291b47c7


ESTADO

Concluída

Para comprovar a validação do documento e que corresponde à e-GAR vigente, aceda a <http://sriir.azores.gov.pt/egar> e indique os códigos do documento apresentados.

**e-GAR**

Guia Eletrónica de Acompanhamento de Resíduos



SRIR  
Sistema Regional de Informação do Ambiente

Governo dos Açores - Direção Regional do Ambiente - Portaria N.º 1879/2017

**PRODUTOR/DETENTOR**

NIF/NIPC

509252168

ORGANIZAÇÃO

Lubritopo - Combustíveis e Comércio Agrícola do Topo, Lda

ESTABELECIMENTO

Lubritopo - Combustíveis e Comércio Agrícola do Topo, Lda

MORADA

Caminho do Chão, Santo Antão

LOCALIDADE

Topo

CÓDIGO POSTAL

9875-053

CONCELHO

Calheta (R.A.A.)

NOTA DE VALIDAÇÃO

Validação efetuada eletronicamente pelo produtor/detentor do resíduo. Guia válida para circulação.

**RESÍDUO**

N.º ORDEM	DESIGNAÇÃO	CÓDIGO LER	QT (T)	OPERAÇÃO
1	METAIS FERROSOS	160117	0.70000	D1

**TRANSPORTADOR**

N.º ORDEM	NIF/NIPC	ORGANIZAÇÃO	MATRICULA	DATA INICIO	HORA INICIO
1	509252168	Lubritopo - Combustíveis e Comércio Agrícola do Topo, Lda	qq-93-33	22/11/2022	11:13:00

**OPERADOR DE GESTÃO DE RESÍDUOS**

NIF/NIPC

506676080

ORGANIZAÇÃO

Adelino Pedro, Lda.

ESTABELECIMENTO

APL - Adelino Pedro, Lda (Horta) (APA02586563)

MORADA

PARQUE EMPRESARIAL E TECNOLÓGICO DA HORTA

LOCALIDADE

Horta

CÓDIGO POSTAL

9900-408

CONCELHO

Horta



CÓDIGO DOCUMENTO

AZ20230613733164

CÓDIGO VERIFICAÇÃO

e5d49bedfcd04743

ESTADO

Concluída

Para comprovar a validação do documento e que corresponde à e-GAR vigente, aceda a <http://sriir.azores.gov.pt/egar> e indique os códigos do documento apresentados.

**e-GAR**

Guia Eletrónica de Acompanhamento de Resíduos



SRIR  
Sistema Regional de Informação do Ambiente

Governo dos Açores - Direção Regional do Ambiente - Portaria N.º 1879/2017

**PRODUTOR/DETENTOR**

NIF/NIPC

509252168

ORGANIZAÇÃO

Lubritopo - Combustíveis e Comércio Agrícola do Topo, Lda

ESTABELECIMENTO

Lubritopo - Combustíveis e Comércio Agrícola do Topo, Lda

MORADA

Caminho do Chão, Santo Antão

LOCALIDADE

Topo

CÓDIGO POSTAL

9875-053

CONCELHO

Calheta

NOTA DE VALIDAÇÃO

Validação efetuada eletronicamente pelo produtor/detentor do resíduo. Guia válida para circulação.

**RESÍDUO**

N.º ORDEM	DESIGNAÇÃO	CÓDIGO LER	QT (T)	OPERAÇÃO
1	METAIS FERROSOS	160117	1.10000	D1

**TRANSPORTADOR**

N.º ORDEM	NIF/NIPC	ORGANIZAÇÃO	MATRICULA	DATA INICIO	HORA INICIO
1	509252168	Lubritopo - Combustíveis e Comércio Agrícola do Topo, Lda		13/06/2023	10:35:00

**OPERADOR DE GESTÃO DE RESÍDUOS**

NIF/NIPC

506676080

ORGANIZAÇÃO

Adelino Pedro, Lda.

ESTABELECIMENTO

APL - Adelino Pedro, Lda (Horta) (APA02586563)

MORADA

PARQUE EMPRESARIAL E TECNOLÓGICO DA HORTA

LOCALIDADE

Horta

CÓDIGO POSTAL

9900-408

CONCELHO

Horta

Figura 5.2: e-GAR de encaminhamento de resíduos com o código LER 160117 para a empresa Adelino Pedro, Lda.

## 6 – Substâncias perigosas

Aspeto não verificado.

## 7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

### 7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

Aspeto não verificado.

### 7.2 – Utilização de gases fluorados

#### 7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa (GFE):

TECO2*	Número de equipamentos	Tipos de gases fluorados
TECO2 < 5	0	
5 ≤ TECO2 < 50	0	
50 ≤ TECO2 < 500	0	
TECO2 ≥ 500	0	

\* TECO2 – toneladas equivalente de CO<sub>2</sub>

#### 7.2.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente ao operador de equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador tomou as precauções adequadas para evitar a libertação não intencional de GFEE.	art. 3.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
b) O operador providenciou a recuperação de gases fluorados dos equipamentos para efeitos de reciclagem, valorização ou destruição.	art. 8.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
c) O operador deu cumprimento às restrições de utilização previstas no artigo 13.º do Regulamento (UE) 517/2014 (hexafluoreto de enxofre; GFEE com PAG $\geq 2500$ em equipamentos com TECO2 $\geq 40$ )	art. 13.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
d) O operador providenciou a verificação para deteção de fugas nos equipamentos abrangidos, com a periodicidade aplicável de acordo com a quantidade de gases fluorados.	art. 4.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
e) O operador efetuou as diligências necessárias para determinar se a empresa prestadora de serviços (instalação, reparação, deteção de fugas, recuperação de gases) detém os certificados necessários para as intervenções contratadas.	art. 10.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
f) O operador providenciou a instalação de um sistema de deteção de fugas em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa em quantidade superior a 500 TECO2.	art. 5.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
g) O sistema de deteção de fugas mencionado na alínea anterior é inspecionado pelo menos uma vez de 12 em 12 meses.	art. 5.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
h) O operador elaborou e mantém atualizado um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas, contendo toda a informação obrigatória.	Art. 6.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
i) O operador de equipamentos sujeitos a verificações periódicas para deteção de fugas comunicou à autoridade ambiental os dados sobre a utilização de gases fluorados, até 31 de março de cada ano?	Art. 5.º DL 145/2017	Não aplicável	

**7.2.3 - Verificação dos requisitos legais relativamente a intervenções em equipamentos com gases fluorados**  
Relativamente a intervenções em equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) As atividades que envolvam contacto com o gás realizadas em equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor, independentemente da carga dos mesmos, são executadas por pessoas singulares certificadas, pertencentes a empresas certificadas.	Art. 13.º, DL 145/2017	Não aplicável	
b) As atividades que envolvam contacto com o gás realizadas em camiões e reboques refrigerados, extintores e sistemas fixos de proteção contra incêndios, comutadores elétricos e as intervenções que envolvam contacto com solventes à base de GFEE, independentemente da carga dos mesmos, são executadas por pessoas singulares certificadas para o efeito.	Art. 13.º, DL 145/2017	Não aplicável	





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
c) As intervenções em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, são executadas por pessoas singulares titulares de um atestado de formação.	Art. 18.º, DL 145/2017	Não aplicável	Não efetuava intervenções em sistemas de ar condicionado de veículos.
d) A entidade: <ul style="list-style-type: none"><li>• que presta serviços a terceiros em equipamentos de aquecimento, ar condicionado e ventilação;</li><li>• que presta serviços a terceiros em sistemas fixos de proteção contra incêndios e extintores de incêndios;</li><li>• que efetua intervenção em sistemas de ar condicionado instalados em veículos ligeiros (oficinas);</li><li>• que efetua intervenções em comutadores elétricos;</li></ul> comunicou à autoridade ambiental os dados sobre compra e venda de gases fluorados, até 30 de junho de cada ano.	Art. 5.º DL 145/2017	Não aplicável	

## 8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

Aspeto não verificado.

## 9 – Instalações sujeitas a outros regimes

### 9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental

Não aplicável.

### 9.2 – Roedores, invasores e comensais

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A, de 17 de novembro:

- Não abrangido.

### 9.3 – Doença do legionário

Não aplicável.

### 9.4 – Responsabilidade ambiental

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):

Não abrangido.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

## **10 – Irregularidades e infrações detetadas**

Foram verificadas as seguintes infrações:

- a) A entrega de resíduos a entidades ou operadores não licenciados ou não concessionados para a sua gestão, em infração ao disposto no n.º 5 do artigo 12.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, constitui contraordenação ambiental leve, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma, punível nos termos do n.º 2, alínea b), do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €2000 a €36 000;
- b) O incumprimento do dever de identificação dos contentores utilizados na armazenagem de resíduos com nome comum e código LER, em violação do disposto na alínea f) do artigo 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, constitui contraordenação ambiental leve, nos termos da alínea f), subalínea ii), do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma, punível nos termos do n.º 2, alínea b), do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €2000 a €36 000;
- c) O incumprimento da proibição de efetuar a mistura entre diferentes categorias de resíduos perigosos, bem como de resíduos perigosos com outras categorias de resíduos, em violação do disposto no n.º 1 do artigo 41.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, constitui contraordenação ambiental leve, nos termos da alínea f), subalínea v), do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma, punível nos termos do n.º 2, alínea b), do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €2000 a €36 000;
- d) O incumprimento da obrigação do plano interno de prevenção e gestão de resíduos se encontrar disponível na instalação, para efeitos de fiscalização pelas entidades competentes, e ser do conhecimento de todos os funcionários da instalação, em violação do disposto no n.º 4 do art.º 38.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, constitui contraordenação ambiental leve, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma, punível nos termos do n.º 2, alínea b), do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €2000 a €36 000;
- e) O incumprimento do dever de submeter os mapas de registo de resíduos relativos a 2021 e 2022 e a submissão do mapa relativo a 2023 fora do prazo, em violação do disposto nos artigos 167.º e 168.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, constitui contraordenação ambiental leve, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma, punível nos termos do n.º 2, alínea b),



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---

do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €2000 a €36 000.

## **11 – Indicações e medidas adotadas**

### **Indicações transmitidas:**

Deverá melhorar a separação de embalagens de vidro, de cartão e de plástico para encaminhamento para valorização.

### **Medidas adotadas:**

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☐ Outra:

Ponta Delgada, 15 de julho de 2024